

**HABITAÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: a experiência do escritório modelo
ÁTICO na reorientação da formação em Arquitetura e Urbanismo**

Mariana Evelyn de Souza

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo
IFSP/Campus São Paulo

Taymara Ingrid Leonardi

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo
IFSP/Campus São Paulo

Driely de Oliveira Carvalho

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo
IFSP/Campus São Paulo

Janine Martinez Bellincanta

Graduada em Engenharia Ambiental/UNESP
Graduanda em Engenharia Civil
IFSP/Campus São Paulo

Alexandre Kenchian

Doutor em Arquitetura e Urbanismo/USP
Docente de Arquitetura e Urbanismo
IFSP/Campus São Paulo

Douglas Gallo

Doutor em Urbanismo/UFRJ
Docente de Arquitetura e Urbanismo
IFSP/Campus São Paulo

RESUMO

Este artigo visa discutir como a questão habitacional no Brasil é trabalhada na formação do estudante de Arquitetura e Urbanismo a partir da apresentação do projeto de extensão universitária, o Escritório Modelo ÁTICO, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - campus São Paulo. Descreve o trabalho desenvolvido pelo grupo em comunidades e ocupações na Região Metropolitana de São Paulo, com ações referentes à assessoria técnica para habitação de interesse social e processos participativos com os moradores na construção dos seus espaços. Enfatiza a importância da aplicação da Lei 11.888/08 (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social) e o trabalho do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo na formação acadêmica e profissional crítica na luta pelo direito à moradia e à cidade. Por fim, aborda a articulação com a Assessoria Técnica Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado na parceria de fomento com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, para a viabilização das ações dos grupos de trabalhos da ÁTICO, além dos resultados da equipe até o momento enquanto extensão universitária.

Palavras-chave: Questão habitacional; Formação universitária; Ensino Arquitetura e Urbanismo; Direito à cidade; Direito à moradia.

Introdução

O processo de urbanização brasileiro (acelerado, fragmentado e descontínuo) e a questão habitacional estão entrelaçados e constituem facetas de um problema crônico de direito à cidade e de cidadania plena. Nossa Carta Magna, em seu artigo sexto, considera a habitação como um direito social fundamental de competência comum à União, estados e municípios (BRASIL, 1988).

Com a intensificação da urbanização brasileira, iniciada na transição entre os séculos XIX e XX, e acentuada na segunda metade deste século, ocorre um aumento exponencial na demanda por habitação. Diferentes modalidades de moradia surgiram para acolher a massa trabalhadora que chegava às cidades, caracterizada por baixa qualidade, independente da forma de provisão, pública ou privada. As primeiras ações governamentais foram marcadas por forte apelo higienista (BONDUKI, 2004).

As políticas públicas de garantia de acesso à moradia a grupos mais vulneráveis em um contexto contemporâneo são relevantes para a compreensão de elementos fundamentais para a produção e reprodução do próprio espaço urbano. No decorrer da história, as políticas habitacionais têm passado por avanços e retrocessos no que diz respeito ao enfrentamento do grande déficit habitacional e à qualidade da habitação (MONTEIRO e VERAS, 2017).

Para Maricato (2013), o planejamento urbano e a regularização urbanística no Brasil, ainda marcados por princípios modernistas, carecem de comprometimento com a realidade concreta da maior parte da população. Ao considerar, majoritariamente, as porções ordenadas do território, reafirma-se e se reproduz a desigualdade e os privilégios que historicamente estruturam a sociedade brasileira. Como a produção do espaço urbano é marcada pela especulação imobiliária e pelo aumento do preço dos imóveis, o reflexo mais evidente, ainda que na provisão habitacional legal, é a inserção dos projetos habitacionais em territórios segregados, favorecendo o espraiamento das cidades, a degradação ambiental e o aumento dos custos com provisão e manutenção da urbanização (VILLAÇA, 2011).

Com o agravamento dos problemas urbanos, potencializado por um crescimento desordenado e pela ocupação irregular e autoconstrução em áreas ambientalmente vulneráveis e periféricas, foi-se moldando discursos e posições, ora favoráveis, ora contrários às formas mais espontâneas de moradia e sua integração com o tecido urbano (MARICATO, 2011;

PORANGABA, 2019). No estado de São Paulo, berço da capital financeira do País, a cada nova gestão com investimentos concentrados em administrações falhas, muitas promessas são feitas, contudo, não garantem o direito à moradia e condições básicas a inúmeras famílias. A mesma fragilidade das políticas públicas é reverberada tanto em regiões metropolitanas, quanto no interior do Estado. Ainda assim, esses mesmos lapsos nas gestões municipais, provocam a resistência e luta de movimentos pela moradia e qualidade de vida dos cidadãos. Em torno dos anos 1980, por exemplo, a cidade de São Paulo foi marcada por diversas experiências habitacionais em regime de autogestão, possibilitando projetos e obras de conjuntos habitacionais promovidas por movimentos sociais assessorados por equipes técnicas.

Tendo em vista a importância da problemática exposta para a formação e prática profissional do arquiteto e urbanista, e, considerando, a importância de uma formação integral, generalista e socialmente responsável. O presente artigo objetivou discutir como a questão habitacional é trabalhada na formação do estudante de Arquitetura e Urbanismo a partir da apresentação do projeto de extensão universitária, Escritório Modelo ÁTICO, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus São Paulo, analisando algumas experiências interdisciplinares desenvolvidas pela equipe e investigando percepções e representações que as mesmas tiveram para a formação e prática de estudantes extensionistas e profissionais envolvidos.

1. A questão habitacional e a formação em Arquitetura e Urbanismo

No início dos anos 2000, por meio de emendas constitucionais, a moradia passou a ser reconhecida como direito social do cidadão, garantido pela Constituição Federal. O Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01 (BRASIL, 2001) também representou um marco na política urbana que, aprovado em 2001, criou um instrumento para a assistência técnica e jurídica gratuita às comunidades vulneráveis (UNMP, 2020). Apenas em 2008, no governo Lula, é sancionada a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Lei 11.888/08 (BRASIL, 2008), que institui e regulamenta o acesso gratuito de famílias com renda de até 3 salários-mínimos aos serviços de profissionais de Arquitetura e Urbanismo em diversas escalas (IAB, 2010). Assistência esta que abrange desde a promoção da regularização fundiária e reurbanização de favelas até a construção, reforma e ampliação de residências.

Iniciativas como esta, reforçam o importante papel da Arquitetura e Urbanismo nas políticas públicas, como direito do cidadão e da função social da cidade ao oferecer acesso equânime a bens, serviços, equipamentos sociais, saneamento básico e condição de habitação digna. Neste sentido, enquanto o debate crescia, inicialmente de forma expressiva junto às entidades científicas e de classe, encontrava resistência da comunidade acadêmica para sua inserção no ensino de Arquitetura e Urbanismo. A manutenção dos cânones modernistas de intervenção urbana e prática projetual na formação profissional foi a principal responsável.

No início da década de 1930, Lúcio Costa tentou inserir essa questão na reforma do ensino da, então, Escola Nacional de Belas Artes (atual FAU/UFRJ), porém a iniciativa não se concretizou. Em uma pesquisa realizada na década de 1970, por Siegbert Zanettini, junto aos cursos de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo, foi verificada uma produção arquitetônica resultante da estética, técnica e interesses do mercado imobiliário e da classe dominante, demonstrando total ausência de preocupações sociais (PORANGAVA, 2019).

Entretanto, já a partir dos anos 1980, o meio acadêmico passa a ser um espaço mais significativo para a inserção dos debates sobre a formação do arquiteto social. A criação das extensões universitárias coloca em pauta a assistência técnica junto às comunidades de baixa renda, sendo um dos mais importantes meios para integrar debates teóricos e práticas profissionais socialmente impactantes. O movimento estudantil, por meio de encontros e seminários regionais e nacionais ampliou a discussão entre os estudantes, fortalecendo-se após a oficialização da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA), em 1992.

É sobre essa integração que a prática realizada pela ÁTICO - Assessoria Técnica de Interesse às Comunidades Organizadas, do IFSP, se insere. O objetivo deste texto é apresentar esta experiência e discutir seu papel na formação e prática profissional dos envolvidos no processo.

2. A EXPERIÊNCIA DO ESCRITÓRIO MODELO ÁTICO - IFSP

A ÁTICO, se caracteriza como escritório modelo e extensão universitária, inserida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, - campus São Paulo, atuando em conjunto a grupos organizados a fim de garantir a qualidade de vida e o direito à

cidade, bem como ser um espaço de debate e formação para as comunidades em vulnerabilidade social. Se consolida conforme o Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA), documento elaborado pela FeNEA, que orienta os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU¹). Baseando-se nos postulados da Unesco e da União Internacional de Arquitetos para a educação em Arquitetura e Urbanismo, um EMAU visa, dentre outras coisas, "garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos humanos" (FeNEA, 2021).

Enquanto Escritório Modelo, foi fruto da união entre dois Projetos de Extensão Universitária, a REHABITAR (foco habitacional) e a HUMANIZAR (foco institucional), iniciados em fevereiro de 2016, pelos professores Alexandre Kenchian e Valéria Azzi Collet da Graça, do Departamento de Construção Civil do IFSP, a partir da demonstração de interesse dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo na atuação em projetos de interesse social. Funcionando como um grande "guarda-chuva", sob ele desenvolvem-se os projetos voltados ao interesse de comunidades organizadas, trabalhando não só com habitação, mas sendo facilitador de demandas diversas dessas comunidades em vulnerabilidade social. De modo geral, o Escritório Modelo atua em defesa da Extensão Universitária; na propagação do conhecimento técnico e expressões culturais; e no posicionamento diante de situações e cenários políticos e sociais alinhados ao direito à moradia e à cidade por todas as pessoas.

A atuação se faz diretamente junto à demanda de pessoas, em movimentos por moradia, que necessitam de orientação para construção e/ou reforma, o que vai ao encontro do que preconiza Benetti (2020). São realizados estudos de soluções construtivas em habitação e o seu espaço urbano, partindo do processo de projeto e de uma gestão horizontal entre todas as partes. As atividades realizadas não exigem responsabilidade técnica, valorizam o projeto e a conscientização sobre a importância e influência da habitação no bem-estar e qualidade de vida. Não há fins lucrativos, tampouco assistencialistas, sendo as atividades educacionais desenvolvidas franqueadas aos participantes. Desde então, vem atuando em diversos grupos de trabalho: no atendimento às comunidades e ocupações por melhoria da moradia e de seu espaço urbano; no projeto de melhoria de áreas públicas como praças e espaços institucionais como escolas; além da participação em fóruns, encontros e seminários

¹ EMAU significa Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, e é um projeto de Extensão Universitária unida à pesquisa e ao processo de graduação. Esse escritório surge da discussão a respeito da vivência e das práticas dos estudantes de Arquitetura durante a graduação, com a finalidade não só de completar a educação universitária, mas também de afirmar um compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida. (FeNEA, 2005).

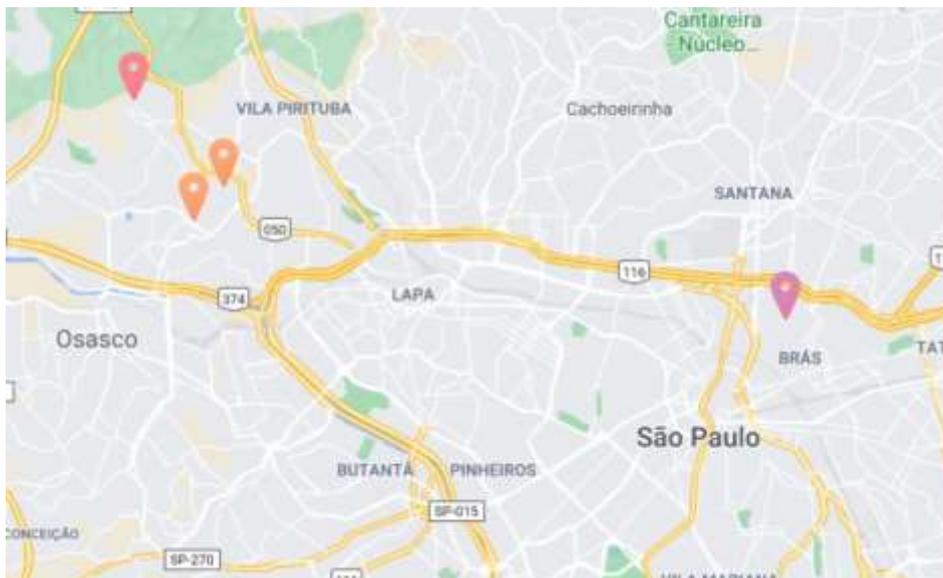
voltados a ATHIS (Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social); e, publicações sobre a mesma temática.

A ÁTICO se estrutura com ações interdisciplinares para garantir que os processos participativos sejam efetivos em suas ações em comunidades, somando a horizontalidade das equipes à articulação de diversas áreas do conhecimento. Busca-se garantir o protagonismo das populações na construção coletiva de seus espaços, podendo embasar-se na construção civil, como também ir além dessa área, otimizando possibilidades de atuação. A troca interdisciplinar complementa a formação acadêmica, além de possibilitar que o trabalho com comunidades organizadas venha a atingir outros níveis de envolvimento. De acordo com Batistello (2018), a disseminação das tecnologias e a ampliação das habilidades que o Arquiteto e Urbanista devem dominar reforçam a necessidade de se trabalhar a interdisciplinaridade na formação universitária. A equipe da ÁTICO é composta por estudantes e professores de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, com a colaboração externa de outras áreas do conhecimento, como estudantes de Psicologia e de Direito, como pode ser observado no relato a seguir:

“[...] Tem sido muito importante articular os conhecimentos teóricos do direito, em especial a questão urbanística, direito à cidade, os direitos à moradia, e outras concepções com essa parte mais prática da interação com os movimentos sociais, interação com outras unidades acadêmicas, outros grupos. [...]” (advogado e atualmente graduando em Arquitetura e Urbanismo, membro da ÁTICO).

Atualmente conta-se com oito Grupos de Trabalho (GTs) ativos, localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no interior e também no litoral do Estado. As atividades desenvolvidas são: na RMSP, Projeto Nova da Kantuta e Vila Santo Antônio do Canindé (Pari, região central de São Paulo); Ocupação Casa Helenira Preta (Mauá); EMEF Estação Jaraguá (Jaraguá); Ocupação Esperança e Ocupação Ribeirão Vermelho (Osasco); no Guarujá (litoral), Navegantes da Esperança; e no interior de São Paulo, o Projeto de Agrovila (Município de Paranapanema). A seguir serão apresentados os trabalhos desenvolvidos nos seguintes GTs: Vila Santo Antônio, Ocupação Esperança e Ocupação Ribeirão Vermelho (Figura 01).

Figura 01 - Localização na região metropolitana de São Paulo da Vila Santo Antônio do Canindé (roxo), Ocupação Esperança (rosa) e as duas áreas que compõem a Ocupação Ribeirão Vermelho (laranja)



Fonte: Google Maps, 2021.

2.1 Vila Santo Antônio do Canindé

Adjacente aos limites do IFSP, o bairro do Pari conta com mais de 400 anos entre as regiões do Canindé, Luz e Brás. Ocupando a várzea do Rio Tietê, é um bairro quase inteiramente plano, sendo também considerado área de várzea, e que, por tais configurações de sítio, sofre constantemente com a falta de um bom projeto de drenagem e com predominância de solo impermeabilizado. A Vila Santo Antônio do Canindé, localiza-se no contexto apresentado anteriormente, em uma área muito próxima ao campus São Paulo do IFSP. Sua ocupação por moradores tem cerca de 70 anos e a partir de 2018 as atividades da ÁTICO iniciaram-se na comunidade. Ao todo, vivem aproximadamente 120 famílias, boa parte delas em situação de precariedade e vulnerabilidade, sem acesso à infraestrutura urbana básica.

A atuação da ÁTICO passou a diagnosticar e levantar a necessidade de projetos de melhorias habitacionais, saneamento e conexão com a infraestrutura urbana do entorno. Para um estudo para viabilização de usucapião do terreno da vila, a equipe entrou em contato com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, entidade responsável pelo assessoramento jurídico para a ação na área onde se localiza a comunidade, sendo então firmada com a ÁTICO o acompanhamento, elaboração de documentos e assessoria técnica para o processo

judicial em andamento. É preciso discernir como inserir-se nos contextos enquanto extensão universitária e as limitações da ação, como demonstra o relato a seguir:

“[...] Não podemos salvar o mundo, estamos na atuação como um apoio técnico, mas não que não vai ter envolvimento, porque o envolvimento faz parte do técnico, mas que não podemos por nossa vontade mudar a realidade das pessoas, as pessoas precisam querer mudar suas próprias realidades e estamos ali como facilitadores, pensando na formação eu acho que a prática me ajuda a entender algumas coisas mais teóricas que vemos na faculdade.” (graduando em Arquitetura e Urbanismo, membro da ÁTICO)

Além disso, a equipe deste GT entrou em contato com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), no ano de 2018, apresentando um projeto de implementação de rede de esgotos e propondo um projeto de drenagem e pavimentação para a área. O programa “Se Liga na Rede” (figura 02), naquele ano ainda em fase de testes para implementação, teve um papel fundamental na conexão da rede de coleta de esgoto à rede pública, melhorando o sistema de saneamento básico da área.

Figura 02 - Acompanhamento das obras do “Se Liga na Rede” na Vila Santo Antônio do Canindé e contato com os moradores, lideranças e participação em reuniões da associação de moradores, em 2019.



Fonte: Acervo da equipe, 2019

Para este projeto, considera-se a importância em promover a cooperação científica, técnica e tecnológica entre todos os agentes envolvidos, sejam eles do âmbito acadêmico ou do Poder Público para que à longo prazo alcance benefícios mútuos entre as entidades e além disso, garantindo o acesso e a infraestrutura para qualidade de vida e o direito à moradia para a Vila Santo Antônio.

2.2 Ocupação Esperança

A expansão da atuação da ÁTICO para a Região Metropolitana de São Paulo veio por meio do grupo de trabalho localizado na região norte de Osasco, município da sub-região

oeste da RMSP. A região da Ocupação Esperança localiza-se em uma área com entorno industrial, residencial e um extenso espaço de área verde particular. Há um forte contato com o Movimento Luta Popular por Moradia, que embasou a formação política e militante dos moradores e lideranças. O terreno foi ocupado em 2013, tendo cerca de 40 mil m², em situação de descumprimento da função social da propriedade, onde vivem hoje aproximadamente 500 famílias de trabalhadoras e trabalhadores da região. Com intensa organização, foi formada a Ocupação Esperança, que segue resistindo no mesmo local em busca de acesso à moradia digna.

Em setembro de 2016, um incêndio de grandes proporções ameaçou a Ocupação, desabrigando dezenas de pessoas em meio a um contexto de emissão de decretos para desapropriação e a impossibilidade de entrada no Programa Minha Casa Minha Vida (atual Casa Verde e Amarela, do Governo Federal) pelos moradores. As famílias que permaneceram no local reconstruíram as suas moradias a partir de ações autogestionárias. Apesar do incêndio, houve um fortalecimento da organização coletiva e um impulso para repensar o espaço de modo a evitar futuros incidentes. Nesse sentido, a ação fortalece o entendimento sobre a contribuição para a formação do profissional de Arquitetura e Urbanismo e as limitações da ação prática.

Das atuações da ÁTICO na Ocupação Esperança, enfatiza-se a oficina por meio de mutirão para o início da construção da praça de uma creche, proposta por uma equipe de arquitetas atuantes junto à comunidade, anteriormente às ações da ÁTICO na área (Figura 03). Realizada em 2019, a oficina Atuação Integrada no Espaço Urbano foi uma iniciativa do fórum ATHIS e Extensão Universitária,² viabilizada através de um edital do CAU/SP para fomentar ações de ATHIS na RMSP. A demanda da praça foi levantada pelas próprias crianças através de assembleias entre os moradores que participaram da oficina, juntamente à equipe da ÁTICO e voluntários do Fórum, culminando na execução do plantio de mudas no terreno e de um muro de arrimo com pneus realizado em mutirão.

“[...] Para o desenvolvimento da oficina de plantio de mudas, que foi realizada em maio de 2019, foram necessários muitos encontros com os moradores a fim de discutir quais eram seus anseios pro espaço que estava designado para a creche local e suas expectativas em relação ao nosso trabalho. Todos os finais de semana em que visitamos a ocupação fomos recebidos com muito carinho, o que demonstra que

² A edição de 2019 do Fórum Regional de ATHIS e Extensão Universitária, fez parte de um projeto selecionado no edital de chamamento público pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – São Paulo (CAU/SP). Contemplado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH), com a parceria do Entre:FAUs (Coletivo das Entidades Estudantis das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Região Metropolitana de São Paulo), Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo (IABsp) e FAU Mackenzie.

nossa atuação é bastante importante para a associação.” (arquiteta e urbanista participante da oficina, pela ÁTICO, na Ocupação Esperança)

Figura 03 - Oficina realizada no fórum ATHIS e Extensão Universitária na Ocupação Esperança, em 2019



Fonte: Acervo da equipe, 2019

Em depoimento de um dos líderes da Ocupação, a respeito do local e das ações realizadas no dia da oficina, pode ser observada um forte engajamento comunitário: *“Agora temos que lutar com a prefeitura somos nós que fazemos tudo, colocamos nossas vidas em risco... Isso aqui vai ser que nem o Morumbi II, olha que linda vista nós temos”*.³

2.3 Ocupação Ribeirão Vermelho

Acerca dos trabalhos na Ocupação Ribeirão Vermelho, também localizada na zona norte de Osasco, o GT é uma parceria com EMAU Colmeia (extensão universitária da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP) campus Presidente Prudente. Por meio de um contato direto com as lideranças comunitárias durante o período da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi firmada uma parceria que objetivou a regularização fundiária e urbanização da área, pela luta e permanência dos moradores no local não obstante às pressões da prefeitura para desocupação da área. Esta parceria entre escritórios modelo reviveu as atividades da equipe para a elaboração de ações na área, como observado no relato:

³ Autor Iman Abou Mahmoud, do relatório de oficinas do Fórum ATHIS 2019: Atuação Integrada no Espaço Urbano, realizada no dia 18/05/2019, Período: 9h00 às 17h00 com contribuições do Conselho Executivo do Fórum ATHIS e Extensão Universitária.

“[...] o renascimento do EMAU trouxe muito ânimo para pensar um espaço de formação e atuação dirigido por e para estudantes. Acredito que tenha sido fundamental na minha saúde mental ter a chance de congrega com pessoas do primeiro ao quinto ano com vontade de intervir na realidade, dando retorno prático para a sociedade.” (graduando em Arquitetura e Urbanismo e membro do EMAU Colmeia)

As áreas que fazem parte da Ocupação são compreendidas pelos moradores como Brahma e Eletropaulo, conforme o histórico de ocupação no local, mas sem ligação direta com a marca de bebidas e a concessionária de energia. No que diz respeito à quantidade de famílias presentes no território, existiam cerca de 160 famílias, porém, quando das desapropriações protetivas da Área de Preservação Permanente (APP), realizada pela Prefeitura Municipal de Osasco, algumas famílias deixaram o local tendo garantida uma “bolsa aluguel” pelo Poder Municipal.

É importante ressaltar os mecanismos legislativos que são utilizados na tentativa de solucionar aspectos de planejamento isoladamente, sem um estudo profundo do contexto histórico e social de uma área de risco ocupada pela luta por moradia. Medidas mitigatórias nem sempre garantem a moradia e a qualidade de vida das populações, inclusive no respeito à história da ocupação e dos laços com o território e o entorno que foram construídos ao longo de todos os anos de permanência. Qualidade e direitos básicos são marcados na fala transcrita abaixo:

“[...] Quando eu comecei a organizar os vizinhos, os alunos, os ex-colegas de sala que também moravam ali, alguns, e falávamos - vamos transformar essa comunidade, vamos transformar nosso lugar num bairro - Porque foi com muita luta que chegou a água, foi com muita luta que chegou os recursos de saneamento básico... Saneamento básico, tá a palavra né, é básico! O transporte. Não temos esgoto, mas temos coleta seletiva na porta, temos a luz, temos a água e transporte público. [...] E com isso a gente aprende a multiplicar também o conhecimento. Aprende a transformar pelo conhecimento da lei né, que parece que é tão distante. [...]” (liderança da Associação de Moradores Unidos do Ribeirão Vermelho)

Para a ação do Escritório Modelo na área, foram realizadas algumas reuniões *on-line* no ano de 2020 e no fim do mesmo ano, surgiu a oportunidade de participar da submissão de um projeto de diagnóstico, plano urbano e melhorias habitacionais para a Ocupação Ribeirão Vermelho e também a Ocupação Esperança, descrita anteriormente. O projeto está em desenvolvimento com a parceria entre o Escritório Modelo ÁTICO, o EMAU Colmeia e a organização sem fins lucrativos Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado (Figura 04).

Figuras 04 - Visita técnica da Equipe ÁTICO em contato com a área e com os moradores da Ocupação Ribeirão Vermelho.



Fonte: Acervo da equipe, 2021.

2.4 Projeto: Mitigação dos Conflitos Fundiários no Contexto Metropolitano: Ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Esperança em Osasco - SP

As Ocupações Esperança e Ribeirão Vermelho, grupos de trabalho da ÁTICO, passaram a fazer parte da submissão para o chamamento 006/2020⁴, do CAU/SP, iniciado no segundo semestre de 2020. Assim, se estabelece o projeto “Mitigação dos Conflitos Fundiários no Contexto Metropolitano: Ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Esperança em Osasco – SP” envolvendo os trabalhos da ÁTICO com o EMAU Colmeia e as associações de moradores de ambas as Ocupações. O termo de fomento do CAU/SP tem como objetivo conectar profissionais em Arquitetura e Urbanismo, ampliar a atuação profissional, capacitar e fomentar a aplicação da Lei 11.888/08 pelo estado de São Paulo. Para a proposição do plano de trabalho pelos escritórios modelo atuantes nos GTs, uma importante parceria foi firmada com a assessoria técnica Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado.

A “Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado”, fundada em 1992, é uma organização sem fins lucrativos, composta por profissionais que optaram por atuar com ações voltadas aos

⁴ Parceria para Termo de Fomento em ATHIS para Ações Emergenciais. São desenvolvidas ações de projetos e capacitação, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP). O objetivo do edital proposto pelo CAU/SP é a seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para firmar parcerias por meio de um termo de fomento, para o desenvolvimento e a execução de projetos de “Apoio à ATHIS”, atendendo à Lei Federal nº 11.888/2008, e ainda, incorpora o estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil para a capacitação e difusão da assistência técnica. Tal incentivo é feito por meio da contratação de profissionais em arquitetura e urbanismo pelas entidades parceiras no projeto para a atuação nos territórios descritos. O projeto está em desenvolvimento durante a escrita deste artigo.

direitos à cidade, à moradia e à garantia dos direitos humanos e sociais, no atendimento à população de baixa renda, e por isso, no decorrer dos anos, o campo de atuação foi sendo ampliado. Voltada para movimentos de moradia, em especial com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), a assessoria atua na elaboração de projetos urbanísticos e arquitetônicos, e acompanhamento das obras para Habitação de Interesse Social (HIS), por meio da autogestão na produção habitacional, contrapondo-se à lógica de mercado.

A partir de 2020, o objetivo da Ambiente Trabalhos passou a ser a formação e a capacitação, bem como a realização de atividades de relevância pública e social com a finalidade de contribuir para um projeto popular e democrático da cidade. Tendo em vista que, as parcerias entre profissionais e acadêmicos, que partilham do projeto político na defesa de direito dos trabalhadores, potencializam a organização popular, a participação conjunta na elaboração e desenvolvimento do projeto nas Ocupações em Osasco é uma importante ponte para a luta por moradia e resistência nos espaços habitados, conforme o relato da assessoria:

“Ainda que seja uma intervenção cuja a mesma equipe não poderá dar continuidade no processo, é um avanço, pois, com todo contexto político vivenciado, é considerada a vontade e realidade do grupo atendido, elementos fundamentais para fortalecer e estimular a participação popular. Além disso, fomenta a organização de outras comunidades, a história de uma comunidade é a história de muitas no país.” (arquiteta fundadora da Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado)

Dessa forma, o plano de trabalho e os andamentos das atividades estão sendo feitos de forma conjunta, com a organização do projeto, detalhamento das propostas, diagnósticos e levantamentos em campo durante a vigência do termo de fomento. Esse é um importante marco para o Escritório Modelo, no que tange a importância de parcerias e apoios entre diferentes esferas de atuação em ATHIS para a garantia do direito à moradia nas cidades e o fomento de mais ações e redes de atuação à longo prazo no país, apesar do contexto atual, frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) que transforma relações, como afirma no relato:

“[...] A gente tá num cenário horrível por conta da pandemia, as pessoas mais prejudicadas são as pessoas da periferia. É muito difícil ter acesso à higiene e ter acesso a muitas outras coisas, então [...] até a forma de aproximação está sendo difícil porque tem que ser tudo virtual. [...] A gente está à frente dessa coordenação, eles estão à frente da coordenação em si, porque a gente escreveu o projeto juntos, então nada mais justo de estarem à frente das discussões, tentando levar tudo de forma bem horizontal. [...] Acho que é um grande aprendizado pra todo mundo e a gente está tentando fazer da melhor forma possível juntos.” (arquiteta coordenadora do projeto pela Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ÁTICO dedica seus esforços a democratizar o aprendizado acadêmico, sendo a educação e a formação política os instrumentos para garantir às comunidades vulneráveis o direito a uma moradia digna e o direito à cidade. É importante ressaltar que a extensão universitária é atividade que por excelência faz com que a sociedade tome conhecimento da importância da Universidade e da formação como ferramenta de luta e mudança. Dessa forma, deve ser reconhecida como geradora de conhecimento técnico e científico, e ainda como um agente essencial de transformação da sociedade, seja como forma de Escritório Modelo, laboratórios, ações práticas e/ou teóricas.

É necessário apontar, ainda, uma crítica à ação unilateral em que muitas vezes se desenvolve a Construção Civil, em que o fluxo de conhecimentos ocorre exclusivamente do profissional para com a comunidade, de forma assistencialista e clientelista. Tal fluxo não mantém uma troca com as comunidades, um contínuo intercâmbio de informações e constante participação das mesmas, sem barreiras ou hierarquias durante todo o processo de trabalho. É imprescindível, portanto, valorizar o trabalho coletivo, a atuação horizontal e a interdisciplinaridade entre todos aqueles que compõem o projeto de habitação e a dimensão político-social durante toda a formação do profissional em Arquitetura e Urbanismo.

A questão da habitação e os problemas que hoje a envolvem são estruturais, desencadeiam déficits na formação dos cidadãos, no acesso e garantia de serviços básicos e na segurança de toda a sociedade. À sociedade civil e articuladores de políticas públicas para habitação, cabe incentivar, participar, exigir e fiscalizar as gestões públicas para o cumprimento e investimento em políticas habitacionais de interesse social, além da infraestrutura urbana e regularização fundiária inerentes ao direito de habitar nas cidades. A questão habitacional carece de comprometimento por parte do poder público e também do debate e ação concreta das instituições de ensino superior, particularmente em Arquitetura e Urbanismo. À formação profissional com saberes técnicos deve-se integrar a formação humana socialmente engajada, com consciência política dos saberes construídos em cada realidade que faz parte da experiência urbana.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a todas as pessoas que contribuíram com o artigo por meio de seus relatos e experiências nos trabalhos desenvolvidos. Ao EMAU Colmeia, pela parceria e fortalecimento da extensão universitária. À Isabel Cabral, arquiteta fundadora da Ambiente Trabalhos. À Paula Paschoal, arquiteta coordenadora do projeto “Mitigação dos Conflitos Fundiários no Contexto Metropolitano: Ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Esperança em Osasco – SP” pela Ambiente Trabalhos.

REFERÊNCIAS

BATISTELLO, Paula. **Saberes interdisciplinares em arquitetura e urbanismo**: um modelo gamificado como incentivador do processo projetual. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BENETTI, Pablo. **Desafios para o projeto urbano, metodologia e conceitos**. 1ª ed. Rio Books, 2020.

BONDUKI, Nabil; **Origens da habitação social no Brasil** – Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 10.257 – Estatuto da Cidade**. Brasília, Casa Civil, 2001.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 11.888 – Assistência Técnica Pública e Gratuita**. Brasília: Casa Civil, 2008.

FeNEA, Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **POEMA**: Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. FeNEA, 2005.

FeNEA. **EMAU**. Disponível em: <http://www.fenea.org/projetos/EMAU>. Acesso em 5 de Jul. 2021.

IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. 1ª ed. São Paulo: Maio de 2010

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAGNER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. *Mercator*, v. 16, 1-13, 2017.

PORANGABA, Alessandro Tenório. **O lugar da habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: uma análise curricular (1930-2018)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

UNMP, União Nacional por Moradia Popular. **Cartilha de regularização fundiária**. 1ª ed. São Paulo: UNMP, 2020

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2011.